



FENAE Agora

www.fenae.org.br

Edição 38 - ano 7
maio a julho de 2004
distribuição gratuita

Publicação da Federação Nacional
das Associações do Pessoal
da Caixa Econômica Federal

Grupos de trabalho Esforço por uma Caixa decente

Discussões apontam novos rumos para a Caixa Econômica Federal, com propostas de mudança nas relações de trabalho e com atendimento de algumas reivindicações dos empregados

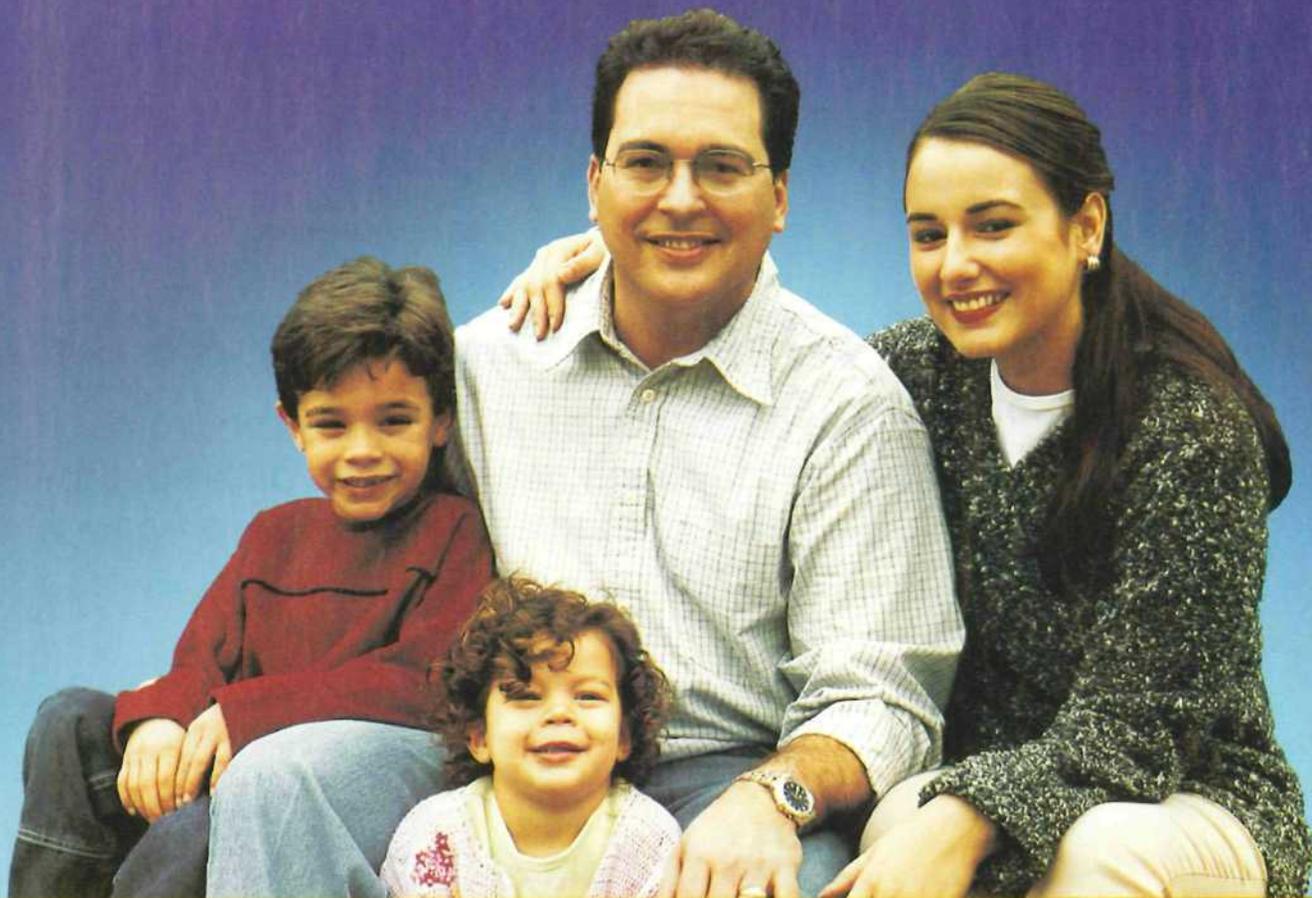


Programa PAR,
de parceria



Urgência para
contratações na Caixa

PROMOÇÃO VIDA EXCLUSIVO



TRANQUILIDADE, SEGURANÇA E MUITAS CHANCES DE GANHAR

A Promoção Vida Exclusivo é um sucesso em todo o país! Já foram muitos prêmios sorteados e ainda têm muito mais, além de ter um **Palio** zerinho.

Para participar é muito fácil, basta fazer um **CAIXA SEGURO VIDA** Exclusivo até o dia 14/05/04. Entre no site www.fenaeseg.com.br e saiba como aderir ou ligue para a Central de Atendimento da FENAE Corretora e solicite uma proposta.

Se você já tem o **CAIXA SEGURO VIDA** Exclusivo, fique tranquilo. Você já está concorrendo a todos os prêmios.

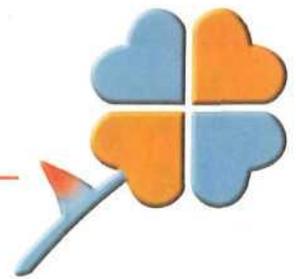
Para mais informações:

Central de Atendimento: **0800 601 8080**

www.fenaeseg.com.br

FENAE
CORRETORA DE SEGUROS

CAIXA | SEGUROS



Empregados em movimento

Os grupos de trabalho compostos por representantes da Caixa e dos empregados caminham para a fase final de suas atividades. São 5 os temas em debate: PCS/PCC; revisão das demissões pela RH 008; jornada de trabalho, horas extras e Sipon; revisão dos critérios do PSI; e segurança bancária.

FENAE AGORA traz nesta edição um apanhado completo das polêmicas e das propostas produzidas até 31 de maio em cada um dos GTs. Os grupos foram instalados em janeiro deste ano e buscam soluções para problemas que afetam os bancários.

As representações dos empregados se mobilizam também pela contratação imediata de novos empregados. A empresa necessita ampliar seu **quadro** de pessoal em cerca de 40 mil trabalhadores.

Só para a abertura das 500 novas agências anunciadas pela direção da empresa seriam necessárias 11.750 contratações. Isso, levando-se em conta a atual média de empregados efetivos por agência, de 23,5, considerada extremamente baixa, uma vez que o que se constata nas unidades é um volume grandioso de trabalho para um número de bancários nitidamente defasado.

Outro destaque desta edição é o lançamento do Projeto PAR, programa de relacionamento dos empregados da Caixa com suas entidades associativas. A idéia é aglutinar no PAR as diversas parcerias e convênios já existentes nas associações, buscando potencializar os benefícios aos associados. A Fenae funcionará como pivô para negociações de parcerias em âmbito nacional.

4 Dieese fala da importância do salário mínimo para o país

6 Quadro de pessoal da Caixa continua bastante defasado

9 Novo plano da Funcef está sendo analisado pela Caixa

10 GTs resgatam esforço por uma Caixa decente

16 Caixa luta para retomar o controle sobre as loterias

17 Entenda o significado do mercado aberto

18 Fenae lança projeto PAR em parceria com as Apcefs

20 Jogos da Fenae serão em BH e estão marcados para agosto

22 Instituto Ayrton Senna investe em projetos de inclusão social

23 Diversas atividades culturais estão programadas para 2004

24 Primeira fase do Direito de Sonhar atende 20 crianças

26 Moradias improvisadas deterioram condições de vida

28 Feira Livre de Arapiraca é a maior de todo o Nordeste

Arapiraca de feira e um quê-de-vida-de-interior

Surgida em 1884, a Feira Livre de Arapiraca é a maior feira de toda a região do Agreste e a segunda maior do Brasil.

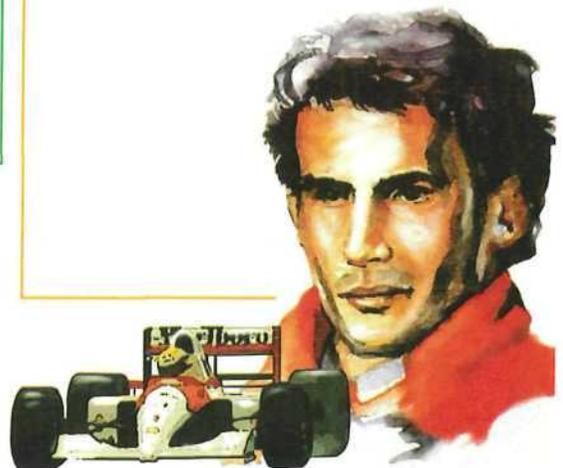
Tem mais de 150 anos de história





...a feira livre de Arapiraca é a maior de toda a região do Agreste e a segunda maior do Brasil.

...a feira livre de Arapiraca é a maior de toda a região do Agreste e a segunda maior do Brasil.

A importância do salário mínimo

Subseção do Dieese na CUT Nacional

O salário mínimo afeta a vida de milhões de pessoas, a maioria delas em segmentos de trabalhadores não organizados e que não participam de contratação coletiva.

No Brasil, um total de 21,6 milhões de pessoas recebem até 1 salário mínimo; e 20,6 milhões ganham de 1 a 2 salários mínimos (Pnad/IBGE, 2002). Outros 16,9 milhões não têm rendimentos, pois são desempregados, trabalham em família ou recebem em espécie.

Considerando-se especificamente o mercado formal de trabalho, tem-se que: 1,5 milhões recebem até 1 salário mínimo; e 8,8 milhões, de 1 a 2 salários mínimos (Rais 2002).

O número de pessoas que re-

cebem exatamente o salário mínimo no mercado formal de trabalho é de 1,04 milhões (Rais 2002).

Apesar de sua grande importância, o salário mínimo vem perdendo fortemente poder aquisitivo nas últimas décadas. O acompanhamento mensal que o Dieese realiza em relação ao salário mínimo real deixa evidente a perda de renda da remuneração básica, uma vez que, nestes termos, o seu valor atual representa 28,52% do valor inicial.

Uma outra forma de visualizar a perda refere-se ao "salário mínimo necessário", que o Dieese acompanha desde o início dos anos 80. O salário mínimo necessário é o valor que atenderia as necessidades dos trabalhadores e de suas famílias, conforme prevê o artigo 7º da Constituição Federal.

Em razão do acentuado contingente de pessoas que dependem

da remuneração básica, uma política de recuperação do salário mínimo pode ser um importante fator de redução de pobreza no país.

A política para o mínimo constitui-se também em:

a) referência para o crescimento dos demais salários e aposentadorias (aproximadamente 14 milhões de aposentados recebem contribuições no valor de um salário mínimo);

b) parâmetro para o seguro-desemprego, o auxílio-maternidade e outros pagamentos;

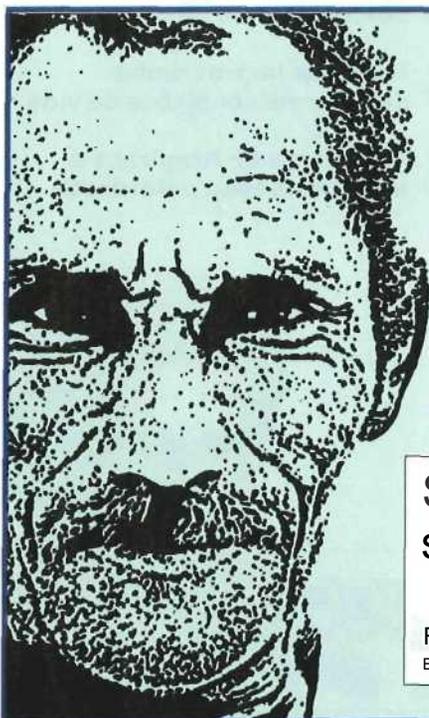
c) redução das disparidades salariais no país;

d) balizador dos planos de cargos e salários das empresas;

e) determinante dos pisos salariais de diversas categorias profissionais;

f) estímulo ao crescimento de setores importantes da economia, tais como o de alimentação, vestuário, calçados, entre outros;

g) aumento da própria arrecadação, em virtude dos efeitos positivos sobre o consumo e o nível de atividade.



Salário mínimo e mercado de trabalho no Brasil

	Mercado formal*	Mercado formal + mercado informal+outros**
Até 1 SM	1.543.781	21.626.548
De 1 a 2 SM	8.836.054	20.632.173
1 SM	1.036.865	
De 0 a 2 SM	10.379.835	42.258.721

Elaboração: Subseção Dieese/Cut Nacional. *RAIS 2002. **PNAD 2002. que inclui empregados, trabalhadores domésticos, conta própria e empregados.

Salário mínimo vigente e salário mínimo necessário

	Salário mínimovigente(a)	Salário mínimo necessário(b)	(a/b)
Fev.2004	R\$ 240,00	R\$ 1.442,46	16,64%

Elaboração: Subseção Dieese/Cut Nacional.

Carimbo virtual

Numa iniciativa da Anoreg, a associação dos cartórios do Brasil, certidões expedidas em São Paulo podem ser solicitadas pela Internet, no endereço www.cartorio24horas.com.br. A entidade garante que, em breve, todos os cartórios do Brasil vão estar ligados à rede. O Brasil tem mais de 18 mil cartórios, que expedem diariamente milhares de certidões de nascimento, casamento, óbito, registro de imóveis, escrituras, procurações e outras. A página inclui instruções para o pagamento do pedido, consulta de preços e endereços dos cartórios.



Imagens da história

A Fenaef oferece a oportunidade de acompanhar, através de imagens, a história do movimento associativo e sindical da Caixa. No endereço <http://bancodeimagens.fenaef.org.br> é possível pesquisar as fotos históricas e atuais do acervo da Federação. A atualização do acervo é constante.

Leia mais

Esta edição da revista também está disponível, em www.fenaef.org.br/fenaefagora/2004/fa38/fenaefagora38.php.



Data estelar, 2006.19

Poucas séries renderam fãs tão ardorosos quanto Jornada nas Estrelas. Os trekkers, como são chamados, conversam em listas de discussão, participam de convenções e colecionam tudo sobre a série, que rendeu, além dos episódios originais na televisão, seriados paralelos e filmes para o cinema. O site www.frotaestelar.com.br pertence ao maior fã-clube da série no Brasil.

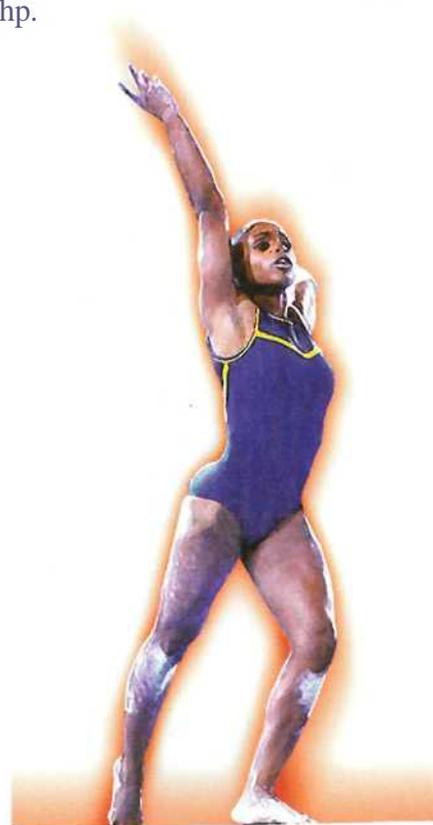
Veja também

www.trekbrasilis.aidi.com.br

organia.estrelar.com.br

www.trektoday.com - em inglês

www.startrek.com - página oficial, também em inglês



Atletas plugados

A cada Olimpíada, o Brasil consegue muitas medalhas no atletismo. O endereço www.cbat.org.br, da Confederação Brasileira de Atletismo, traz as últimas notícias sobre a preparação dos atletas nacionais para os jogos de Atenas. Também traz regulamentos e o calendário de competições nas diversas modalidades.

Concurso e contratação urgentes de empregados

O quadro de pessoal da Caixa está extremamente defasado, com média de 23,5 bancários por agência

Ao mesmo tempo que assume atribuições decisivas para o sucesso das políticas sociais do governo, coordenando e executando programas em parceria com diversos ministérios, fortalecendo-se como instrumento de transferência de renda e de geração de oportunidades de trabalho, a Caixa amplia a necessidade de mais empregados para o seu próprio quadro, potencializando-se como empregadora.

A Caixa conta atualmente com pouco mais de 59,1 mil empregados, sendo 4.692 no subsistema cen-

trai, 14.223 no de logística e 40.248 no negociai (agências e PABs - Pontos de Atendimento Bancário). Há um número próximo a este de pessoal extra-quadro - trabalhadores terceirizados, estagiários e menores.

São 2.046 pontos de atendimento em todo o país, sendo 1.709 agências e 337 PABs (Pontos de Atendimento Bancário). A média de bancários do subsistema negociai por agência é de 23,5.

Há 10 anos, o número de empregados era de 64 mil. Em 2002, ano em que Fernando Henrique deixou o governo com a Caixa pronta para ser privatizada (número de unidades e de empregados reduzidos ao mínimo possível), eram 55.691 bancários.

Por estes números, vê-se que a empresa, hoje, mesmo tendo feito novas contratações, continua mais próxima da realidade criada para a privatização do que da situação pré-desmonte.

Há 10 anos, a Caixa tinha 64 mil bancários. Atualmente conta com apenas 59,1 mil

Número de empregados por subsistema

Subsistema Empregados	Central	Logístico	Negocias	Total
	4.692	14.223	40.248	59.163



Número de empregados é incompatível com o volume de trabalho, principalmente nas agências

*Precariedade no atendimento
força a extrapolação da
jornada de trabalho*

Mesmo repondo a quantidade de bancários que falta para o quadro de 10 anos atrás, ainda assim a carência de pessoal hoje estaria bem mais forte que a anterior, pois a empresa não tem mais a mesma estrutura e nem atua da mesma forma. Sua rede de atendimento era menor, seu alcance no território nacional era inferior e não eram tantas as suas atribuições.

A Caixa iniciou recentemente um programa de inclusão bancária que já propiciou a abertura de conta a 1,5 milhões de novos correntistas. Em 2003, aplicou R\$ 5 bilhões em habitação e R\$ 1,7 bilhões em saneamento urbano. É a responsável pelo financiamento de 9 em cada 10 moradias no país. Além disso, amplia a cada dia sua condição de referência e ponto de apoio ao trabalhador e à população carente. Em um ano, repassou R\$ 30 bilhões em operações do FGTS e mais R\$ 3 bilhões do Bolsa Família, num total de 225 milhões de operações.

O que se constata nas agências é um volume grandioso de trabalho para um número de bancários



os extremamente defasado. Segundo relato de Fabiana Matheus, presidente da Apcef/SP (Associação do Pessoal da Caixa de São Paulo), a reclamação de falta de pessoal é comum a praticamente todas as agências visitadas por dirigentes da associação.

Os gerentes já não escondem mais o problema e apresentam como fator de agravamento da situação a alta rotatividade dos bancários temporários e terceirizados, que quando passam a dominar o serviço são substituídos. "Treinamos o pessoal e quando acaba o contrato temos que come-

çar a treinar outros. Essa dinâmica atrapalha o bom andamento do trabalho", comentou o gerente geral da agência Guarujá, Marco Antônio Gonçalves.

Para Fabiana Matheus, além de adequar a LNP (Lotação Necessária de Pessoal), deixando-a mais próxima da realidade das unidades, "a Caixa precisa fazer essa substituição de bancários temporários e de terceirizados por empregados efetivos, através de concurso".

A direção da Caixa anuncia ainda a abertura de 500 novas agências. Levando-se em conta a

A abertura de
500 novas
agências
exigirá, no
mínimo, 11.750
novos bancários

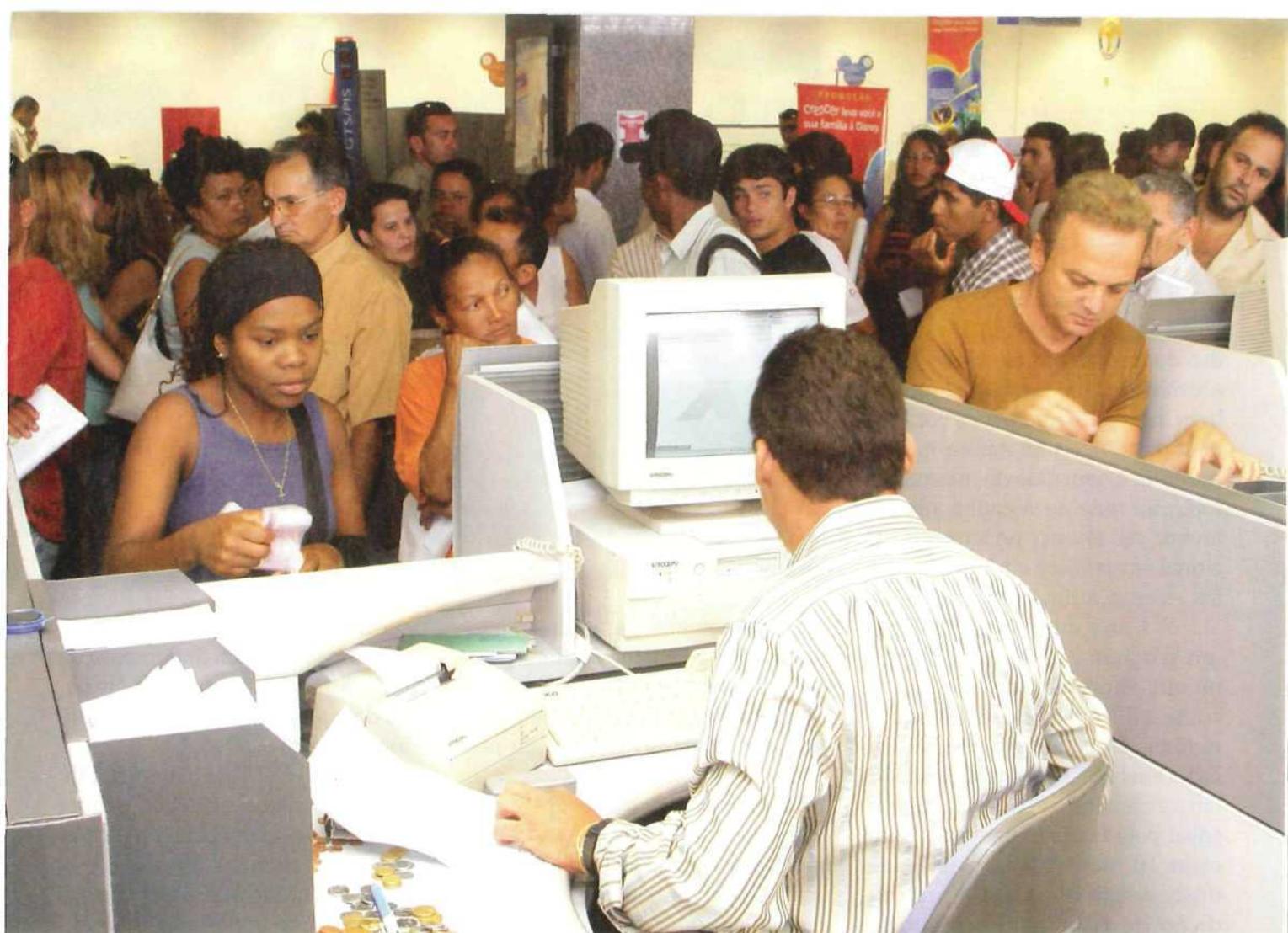
Rede de atendimento e quadro de pessoal

	2000	2001	2002	2004
Número de Agências	1.691	nd	1.700	1.709
Número de PAB's	231	nd	382	337
Total de Pontos de Atendimento	1.922	0	2.082	2.046
Número de Empregados	53.760	54.800	55.691	59.163
Empregados por Agência (subsist. negociai)				23,5

Elaboração: Subseção Dieese

Evolução do número de empregados

1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
64.245	63.423	59.260	55.529	55.438	55.558	53.760	54.800	55.691	57.382	59.163



Acúmulo de trabalho e desrespeito à jornada de 6 horas comprometem a saúde dos empregados

média de empregados efetivos por agência, de 23,5 (número extremamente baixo para as necessidades atuais), essa ampliação do número de unidades, por si só, exigirá a contratação de, no mínimo, 11.750 novos funcionários.

Pelo que avaliam as entidades associativas e sindicais dos bancários, a Caixa necessita (e pode) realizar, em curto espaço de tempo, 40 mil novas contratações.

A convicção quanto à viabilidade e à oportunidade do estabelecimento desta meta para a Caixa resultou, inclusive, na preparação de uma campanha coordenada pela Fenae (Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa),

Fenae, Fenag e CNB/CUT preparam campanha por contratações urgentes

Fenag (Federação Nacional dos Gerentes da Caixa) e CNB/CUT (Confederação Nacional dos Bancários), pela contratação imediata de novos empregados.

A mobilização pela oferta de mais mão-de-obra será trabalhada pelas associações de pessoal e sindicatos em todo o país. "É preciso que haja pressão para que o governo reconheça a necessidade de aumentar o quadro efetivo da Caixa e seja definitivamente suprimida a carência de empregados, possibilitando condições dignas, tanto para os trabalhadores quanto para os clientes", ressalta o presidente da Fenae, José Carlos Alonso.

Para Alonso, "o que está em

questão é saber se o que se busca é de fato solucionar o problema ou apenas remediar a gritante carência de pessoal, para seguir em frente com a extrapolação da jornada e a imposição de trabalho gratuito, com a terceirização irregular de serviços, com a precarização da saúde do bancário e com a multiplicação do passivo da empresa". A seu ver, ampliar o quadro de pessoal da Caixa no nível que está sendo proposto pelas representações dos bancários "é agir com sensatez e com responsabilidade", uma vez que corresponde à real necessidade da empresa, "está dentro de suas possibilidades, pode de fato melhorar a vida dos bancários, melhorar o atendimento à população e a execução dos programas sociais, e ainda ajudar o país com a oferta de mais empregos".

Novo plano em análise pela Caixa

Regulamento tende a unificar os associados da Funcef sob um só plano de benefícios

O novo plano de benefícios da Funcef está nas mãos da Caixa. A diretoria executiva da fundação aprovou o texto do novo regulamento, no início de março, e encaminhou a proposta para a patrocinadora. Foram sugeridos ajustes na redação e também a definição de índice para atualização de benefícios. A área técnica da fundação realizou, inclusive, simulações com várias hipóteses atuariais para o novo plano, desde a tábua de mortalidade até o reajuste no benefício, reajuste nos salários da ativa e rotatividade de associados.

O presidente da Fenae, José Carlos Alonso, lembra que as situações apresentadas pelo novo plano "geram uma conta para a Caixa, pois a patrocinadora nunca se preocupou em calcular os custos com as alterações que impôs à Funcef ao longo dos anos". Alonso, eleito pelos associados para o Conselho Deliberativo da fundação, participou do grupo de trabalho que elaborou o novo plano.

O regulamento elaborado pretende unificar todos os associados sob o mesmo plano. Para isso, está estruturado em contribuição definida na fase de acumulação de reservas e benefício definido para os eventos de risco e para a renda programada. Quem estiver nos planos REG e Replan poderá saldar seus

compromissos atuais e aderir ao novo plano, formando nova conta. A Caixa terá responsabilidade solidária na preservação do plano.

Foi estabelecido ainda um teto de R\$ 7.200,00 para contribuição e conseqüente benefício. Outro limite é o percentual de contribuição sobre o salário. Para o empregado, o mínimo é de 5%. Para a Caixa, o mínimo é de 8,34% da folha de pagamento, valor que pode aumentar de acordo com o custo do plano de origem.

Após a manifestação da Caixa, o plano também deve passar pelas instâncias federais de controle e fiscalização da previdência complementar. "Caso haja mudanças no texto original, elaborado com a participação dos associados, patrocinadora e fundação, os participantes da Funcef exigem o estabelecimento de negociações para discutir essas alterações", observa o presidente da Fenae.

Associados do Clube recebem devolução de IR

A diretoria da Funcef realizou a devolução dos valores retidos como Imposto de Renda dos associados do extinto Clube Imobiliário. O Clube foi criado em 1994 e extinto em 2000, quando a fundação iniciou a devolução das contribuições. Na

época, foram levantados questionamentos legais sobre a tributação dos fundos de pensão, e a Funcef acabou retendo recursos dos associados a título de Imposto de Renda, aguardando pronunciamento judicial sobre a isenção ou não desse imposto. Com a criação do RET (Regime Especial Tri-

butário) pelo governo federal, a Funcef regularizou sua situação na Receita Federal e as mensalidades do Clube passaram a ser isentas de IR.

Com isso, os membros eleitos do Conselho Deliberativo da Funcef apresentaram voto para devolver os recursos provisionados, processo que agora está sendo concluído.



Em busca de mais respeito aos direitos dos empregados

Grupos de trabalho são conquista do acordo salarial de 2003. Foram instalados em janeiro

Antônio José Reis
Jornalista da Fenae

Assinado em 1º de novembro do ano passado pela CNB/CUT (Confederação Nacional dos Bancários) e pela direção da Caixa Econômica Federal, o acordo coletivo de trabalho de 2003 decorreu de negociações árduas e marcou a retomada de um diálogo que estava suspenso há anos.

Como resultado disso, grupos de trabalho foram instalados em janeiro deste ano para discutir alguns dos problemas que afligem o Cotidiano dos empregados da Caixa, como política de saúde, PCS e PCC, revisão das demissões pela RH 008, jornada de trabalho, horas extras e Sipun, revisão dos critérios do PSI e segurança bancária. O funcionamento desses GTs segue o rito das negociações temáticas, específicas e permanentes entre a CEE/Caixa (Comissão Executiva dos Emprega-

dos) e a área de RH. Em alguns deles, os debates estão relativamente avançados, resgatando alguns dos direitos dos empregados que vêm sendo negados no último período. Na semana de fechamento desta edição, no início de junho, estava agendada reunião entre a CEE/Caixa e a direção da empresa para dar os encaminhamentos finais nas discussões dos GTs.

O capítulo referente à criação desses grupos de trabalho foi delineado há pouco mais de um ano, quando a Fenae, as associações de pessoal, os sindicatos e as federações de bancários lançaram a campanha "Por uma Caixa Decente". Na época, janeiro de 2003, Jorge Mattoso assumia a presidência da empresa. A discussão dos pontos abordados por essa campanha, com destaque para itens como a representação sindical, as relações de trabalho, a saúde, a previdência, a estrutura e a gestão, continua atual e sua resolução torna-se cada vez mais premente para a retomada do papel social da Caixa junto à sociedade, passando pela valorização do seu quadro de pessoal.

GTs na Caixa discutem alguns dos problemas que afligem o cotidiano dos empregados

Os grupos que debatem política de saúde e novo plano de benefícios para a Funcef foram instalados ainda em 2003 e já concluíram seus trabalhos. Passada essa fase, o movimento dos empregados da Caixa continua aguardando o posicionamento da direção da empresa sobre o que foi proposto para o Saúde/Caixa e para o novo plano da fundação.

Não é a primeira vez que representantes dos empregados e do banco sentam para conversar sobre assuntos específicos. A primeira experiência com este objetivo ocorreu com a CRT (Comissão de Relações Trabalhistas), criada em 18 de dezembro de 1995 para discutir regime disciplinar, realocação de pessoal, política de saúde e responsabilidade gerencial e produtividade, entre outros temas. Os debates na CRT se deram durante a campanha salarial daquele ano. Embora a qualidade das discussões tenha sido muito boa, a então direção da Caixa não implementou nada do que foi discutido no âmbito da CRT. Depois, em outros acordos coletivos, houve a formação de grupos de estudo sem o registo de qualquer avanço, devido à falta de transparência por parte da empresa.

Os atuais grupos de trabalho abordam assuntos da maior complexidade, debatendo soluções para os principais problemas vivenciados por empregados e clientes. Mas enquanto as atividades dos GTs ainda não são concluídas, conheça os temas que estão sendo debatidos em cada grupo.

Ato de instalação dos GTs foi em 16 de janeiro e contou com a presença de Paulo Bretas



Representantes dos empregados no grupo de trabalho do PCS e do PCC

PCS e PCC

O GT que se dedica a debater o novo PCS (Plano de Cargos e Salários) e o novo PCC (Plano de Cargos Comissionados) iniciou seus trabalhos em 26 de março deste ano, apesar de ter sido formalmente instalado em 16 de janeiro, juntamente com os outros 4 grupos de trabalho também previstos na cláusula 45º do acordo coletivo de 2003.

Os debates estão tendo como parâmetro o pré-projeto de criação de um PCR (Plano de Cargos, Carreira e Remuneração), que prevê a padronização das estruturas salariais e a perspectiva de alcance final da carreira. O PCR foi discutido no ano passado em GT interno da Caixa e resultou de pesquisa nacional por amostragem, quando a Diretoria de RH ouviu 2.751 empregados dos 3.112 indicados para responder a um questionário. A pesquisa foi aplicada



através de Workshops realizados em sete capitais.

Até agora, o GT PCS/PCS se reuniu 4 vezes. A criação do PCR, com seus objetivos gerais e específicos, diagnósticos, princípios e premissas, esteve em foco em todos esses encontros. Nestas ocasiões, os representantes dos empregados defenderam que qualquer plano de cargos e remuneração deve fazer parte de uma política de gestão de pessoal, que por sua vez deve estar alicerçada nas diretrizes estratégicas da empresa.

Entre as premissas propostas pelo PCR estão a de refletir nos cargos a importância do empregado para o cumprimento da missão da Caixa, a de permitir o crescimento profissional por meio do planejamento de carreira, a de prevenir passivos trabalhistas e a de adotar o modelo de gestão de pessoal por competência. O objetivo geral desse modelo é elaborar um plano de cargos, carreira e remuneração que permita alinhar a gestão de pessoal aos objetivos organizacionais e estratégicos da empresa.

Também estão sendo discutidos alguns diagnósticos elaborados pelo GT interno do PCR, entre os quais a existência de diferentes planos de cargos e salários, a excessiva dependência financeira do cargo comissionado, a jornada de 8 horas para as carreiras profissionais e cargos comissionados de natureza técnica, a descrição de cargos com foco nas tarefas e não na funcionalidade, a disparidade salarial entre as carreiras técnicas e gerenciais, a rotatividade elevada no cargo de ingresso, os reajustes salariais incidentes somente sobre o cargo efetivo e a não incidência de contribuição da previdência privada complementar sobre a parcela CTVA (complemento temporário variável de ajuste de mercado).

Estão sendo feitos debates sobre as distorções no atual PCS/PCC, boa parte delas acentuada pela criação do piso de mercado e do CTVA, neutralizando assim promoções por merecimento e antiguidade e outras verbas salariais, exigências legais para aprovação e registro de um plano de cargos e salários. A CNB/CUT reivindicou ain-

Parâmetro dos debates no GT PCS/PCC é pré-projeto de criação de um PCR

Endereço para o envio de sugestões aos GTs

GT PCS/PCC:

pcspcc@cncut.com.br.

GT Sipun/Hora Extra/Jornada de Trabalho:

sipun@cncut.com.br.

GT PSI:

psi@cncut.com.br.

GT Segurança Bancária:

seguranca@cncut.com.br.

GT RH 008:

rh008@cncut.com.br.

GT Saúde:

saudecaixa@cncut.com.br

da o fim das discriminações impostas aos técnicos bancários, além de uma rápida solução para os problemas enfrentados pelos avaliadores de penhor e pelos tesoureiros e supervisores.

A figura do caixa flutuante também é alvo de muitas críticas, tendo em vista a existência de consenso de que, como em todas as demais funções, o caixa executivo deve receber integralmente pela função de confiança, mesmo que em determinado momento não esteja exercendo atribuições tipicamente de caixas.

Outra proposta em debate é a necessidade de estabelecer equidade salarial para funções com o mesmo nível de complexidade e responsabilidade, independentemente da

região, e jornada de 6 horas para cargos comissionados e técnicos.

Na última reunião desse GT, realizada em 7 de maio, em Brasília, os representantes da CNB/CUT cobraram da Caixa a apresentação de propostas concretas para agilizar as discussões no âmbito do grupo. Os representantes da Caixa, por sua vez, ficaram de apresentar a Jorge Mattoso (presidente da empresa) todo o modelo de pré-projeto de criação de um PCR. A empresa reafirmou ainda que não há como implementar novos PCSs e PCCs sem implantar o novo plano de benefícios da Funcef. O novo regulamento da fundação, no entanto, aguarda manifestação da Caixa desde o final do ano passado.

A Caixa ficou ainda de apresentar à CNB/CUT dados sobre a quantidade de ações judiciais no tocante à jornada de 6 horas, direito que vem sendo sistematicamente desrespeitado pela empresa e seus gestores. É fato que a Caixa está sob a iminência de derrotas judiciais por determinar jornada de 8 horas para quem detém função técnica e deveria trabalhar 6 horas diárias. A empresa já encaminhou à CNB/CUT informações sobre o número de empregados por referência e por cargos comissionados.

Nas próximas reuniões do GT PCS/PCC, a pauta prevê discussões de pendências como a do caixa executivo, estrutura salarial, avaliadores de penhor, tesoureiros e supervisores de retaguarda.



GT PCS/PCC realizou, até agora, 4 reuniões. Parâmetro das discussões é pré-projeto de criação do PCR



GT PSI debateu proposta de nova sistemática de ingresso para o processo seletivo interno

PSI

Alterações no processo seletivo interno estão na ordem do dia. A previsão é de que os trabalhos desse grupo sejam encerrados no início de junho, quando o relatório será concluído e em seguida remetido para a direção da Caixa e para a CEE/Caixa.

Foi feito um diagnóstico dos problemas enfrentados pelos empregados. A última reunião do GT PSI, realizada em Brasília dias 13 e 14 de maio, foi iniciada com a leitura de correspondência da Diretoria de RH da Caixa, que em circular interna comunica sua concordância com a proposta de alteração imediata da RH 040, especialmente nos itens que se relacionam com o fim do veto das chefias e com a liberação do empregado para o exercício do cargo comissionado.

No decorrer dessa reunião, o GT PSI detalhou ainda o modelo da nova sistemática da carreira de ingresso para o processo seletivo interno. Foram definidas algumas regras para os cargos iniciais, bem como uma escala de peso para as diversas etapas do PSI: prova de conhecimento (50%), análise curricular (20%), tempo de serviço (20%) e curso de formação (10%). A validade do banco de habilitados foi definida em 2 anos.

No quesito dispensa imotivada da função, o GT irá propor que a homologação fique sob a responsabilidade da área de RH, que após análise poderá realocar o empregado ou decidir pelo seu retorno ao banco de habilitados.

Um dos problemas ainda pendentes é o da indicação. Para solucioná-lo de vez, os membros do GT PSI propõem

mudança na RH 060, que regula o provimento de cargo. Esse assunto será encaminhado para o GT PCS/PCC. A Caixa ficou também de verificar a situação de todos os PSIs, especialmente daqueles pendentes por conta de ve-

tos das chefias. Essas pendências serão solucionadas com base nos itens alterados da RH 040.

Saúde

A revogação da RH 026, que trata do PRT (Programa de Readaptação ao Trabalho), foi um dos principais resultados dos trabalhos do GT Saúde. Foi criada uma nova norma com enfoque na saúde do trabalhador, enfatizando a necessidade de prevenção. Outra proposta aprovada diz respeito à alteração na nomenclatura do PRT, que passaria a ser substituído pelo PRO (Programa de Reabilitação Ocupacional).

Essa mudança é essencial. Isto porque readaptar é fazer com que o bancário volte para o mes-

mo posto que o adoeceu, enquanto reabilitar significa adequação ao ambiente de trabalho, a fim de que o trabalhador retorne e tenha respeitadas as suas limitações. Pela nova norma, o trabalhador só será submetido ao programa se estiver em alta ou for considerado reabilitado pelo INSS. Em hipótese alguma, estando ainda afastado, o bancário será convocado.

No caso da RH 025, que regulamenta a LTS (Licença para Tratamento de Saúde), os representantes dos empregados convenceram a Caixa de que o atestado saúde não pode ser homologado pelo médico da empresa, com a possibilidade de redução do período de licença. Foi aprovada ainda a proposta de que o CID (Código Internacional de Doenças) no atestado não seja mais obrigatório, preservando assim o sigilo médico do trabalhador, previsto no Código de Ética Médica.

Outra mudança prevista é em relação à RH 052, que trata da LAT (Licença de Acidente de Trabalho). Sobre o assunto, ficou estabelecido que, em caso de doença relacionada ao trabalho, a CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho) será emitida na suspeita e não mais apenas na confirmação do diagnóstico, conforme garante o artigo 169 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e a lei 8.213/91.

No início de junho, quando esta edição estava sendo finalizada, havia a previsão de que a direção da Caixa aprovaria as propostas do Saúde/Caixa, com implantação a partir de 1º de julho. As propostas do Saúde/Caixa foram debatidas no GT Saúde.

Discussões no GT PSI estão avançadas. Alteração na RH 040 foi uma das boas conquistas

Reuniões do GT Segurança Bancária registram avanços e visam garantir proteção à vida

jornada de trabalho é obrigatório e deve ser rigorosamente realizado pelos empregados sujeitos ao registro de ponto eletrônico. Esclarece também que as reuniões de trabalho não podem ser tratadas como "convite", devendo seu tempo ser obrigatoriamente registrado no Sipon, mesmo que isto implique em hora extra.

Outro assunto tratado pela circular interna da Direh e da Diare diz respeito ao excesso da regularização da frequência. Frisa que a irregularidade está em desconformidade com a RH 034 e expõe a Caixa a riscos de autuação, potencializando o passivo trabalhista da empresa. A recomendação aos gestores é para que a utilização excessiva da regularização da frequência seja evitada, tendo em vista que "a gestão de frequência dos empregados é parte fundamental da gestão de pessoal, estando diretamente ligada ao gerenciamento da produtividade".

O documento da Caixa classifica como inadmissível o controle paralelo de ponto, "uma vez que está completamente em desacordo com as orientações e com o código de ética da empresa". Essas mudanças, sem dúvida, atendem em parte as reivindicações das entidades sindicais e associativas, que nos últimos anos vêm desenvolvendo atividades de fiscalização pelo respeito à jornada de 6 horas e pelo fiel registro das horas efetivamente trabalhadas. A legislação proíbe a jornada além da segunda hora extra, mas o correto registro do ponto deve ser obedecido em caso do empregado trabalhar.

Sipon

Três assuntos estão em pauta: jornada de trabalho, horas extras e sistema de ponto eletrônico. Foi discutida a questão dos empregados com jornada flexível e que, com frequência, são vítimas de terem sua jornada alterada pela chefia.

Recentemente, duas diretorias da Caixa - a Direh (Diretoria de Recursos Humanos) e a

Diare (Diretoria de Rede e Relacionamento) - divulgaram circular interna conjunta sobre o Sipon (Sistema de Ponto Eletrônico). O objetivo da medida é assegurar que os mecanismos de registros reflitam a real situação da jornada individual de trabalho de cada empregado.

No documento expedido a todas as unidades, a direção da empresa reafirma que o registro da

Representantes do empregados em cada um dos grupos de trabalho

GT do PCS/PCC: Jair Pedro Ferreira (Seeb/Brasília), Pedro Eugênio Leite (Fenae), Jerry Adriane Teles Magalhães (Giter/BH e Apcef/MG), Maria de Jesus Demétrio Gaia (Apcef/PA), Norma de Fátima Lorenzi (Gesem/Brasília) e Rogério Antônio Vida Gomes (EN Divinópolis/MG).

GT Sipon/Hora Extra/
•Jornada de Trabalho: Sérgio Aveline Squeff (agência Partenon/RS), Paulo Roberto Damasceno (Gifug/BH) e Jair Pedro Ferreira (Seeb/Brasília).

GT PSI: Fabiana Cristina Meneguele Matheus (Apcef/SP),

Marcos Aurélio Saraiva Holanda (Apcef/CE) e Emanuel Souza de Jesus (Seeb/BA).

GT Segurança Bancária: Plínio Pavão (CNB/CUT), Enilson Antônio de Nascimento (Seeb/RJ) e Enilson Cardoso da Silva (Sesup/Brasília).

GT RH 008: Maria Rita Serrano (Seeb/ABC), Antônio Luiz Fermino (Seeb/Curitiba) e Carlos Alberto de Oliveira Lima (Seeb/RJ).

GT Saúde : Plínio José Pavão de Carvalho (CNB/CUT), Francisco Erismar da Silva (PAB Autran Nunes/CE) e Jailson Bueno Prodes (Agência Cristo Redentor/RS).

Segurança Bancária

AD 004 (norma que regulamenta os procedimentos em caso de seqüestros), auto-atendimento (concepção de modelo e abastecimento frontal), golpes, garantia de fechamento de agências em caso de assalto e mobiliário dos caixas são alguns dos temas debatidos pelo GT Segurança Bancária.

Está sendo discutida a necessidade da empresa adotar um plano de segurança para as unidades, de modo a evitar situações como a do Complexo da Sé (SP), em obras desde o ano passado e que no último dia 14 de abril foi alvo de tentativa de assalto.

No caso das salas de auto-atendimento, o GT irá propor que a área onde os equipamentos estão

instalados seja incorporada ao perímetro da agência durante o horário de atendimento bancário. Será recomendada à Caixa que substitua os terminais de auto-atendimento com abastecimento frontal pelos equipamentos abastecidos pela traseira.

GT Segurança Bancária exige que empresa adote plano para todas as unidades

A discussão sobre a AD 004 esteve focada na proteção à vida, diferentemente do que prevê a atual redação do normativo, que apenas impõe condutas a serem adotadas pelos gestores. Também será reivindicada a imediata instalação de vidros nos guichês dos caixas.

RH 008

É o que está mais atrasado. Realizou sua primeira reunião no último dia 10 de maio, 4 meses depois de instalado. Nela foi definido um roteiro de trabalho para buscar solução para as reintegra-

ções dos empregados demitidos pela RH 008. De um total de 440 bancários dispensados pela normativa, 178 impetraram ação judicial.

Em um primeiro momento, o GT RH 008 irá debater os casos dos empregados que ingressaram com ação judicial e obtiveram liminar contra a dispensa. Eles, inclusive, por força de decisão provisória, já estão trabalhando. Depois, será feita uma discussão sobre os casos com ação judicial e sem liminar. Há ainda a situação dos empregados que não ingressaram com ações na Justiça, a ser debatida em um seguida. No entanto, além dos processos judiciais, há ainda um passivo trabalhista a ser negociado.

Para debater alternativas para os casos mais emergentes, que são os de reintegrados por liminar, a Caixa ficou de apresentar levantamento de quantos empregados se encontram nessa **situação**.



GT RH 008 discute a reintegração de todos os empregados demitidos pela normativa



Em busca de novo resultado na loteria

Caixa luta na Justiça contra a Gtech para retomar o controle sobre a área de loterias

Episódios recentes lançam luzes sobre o passado da relação entre a Caixa Econômica Federal e a Gtech na área de loterias. O que se discute é um contrato que rende à multinacional receita mensal superior a R\$ 25 milhões, além de controle sobre toda a inteligência e sobre a rede das loterias do país.

O domínio da multinacional americana sobre a área começou a ser estabelecido já no início de 1994. Em dezembro de 1993, quando a Caixa publicou edital para contratação de "empresa especializada para a prestação de serviços de desenvolvimento e ope-

racionalização dos sistemas de loterias", a Fenae já manifestou o entendimento de que o controle dessa atividade deveria ser privativo do Estado. Além de ilegal, a iniciativa significava o começo da perda da autonomia e da possibilidade de obtenção de me-



lhores resultados com as loterias, tanto para a Caixa como para a sociedade.

A posição assumida pela Gtech nos sistemas de loterias da Caixa começou a tomar forma em 1997, ano em que se consolidava o processo de privatização da Datamec - finalizado 2 anos depois. A multinacional passou a assumir a Racimec, empresa que vencera a licitação aberta pela Caixa.

Hoje, a Caixa está impedida de retomar o controle sobre a prestação de serviços lotéricos, por conta de segundas liminares obtidas pela Gtech na Justiça Federal. Sem liberação judicial, a operação dos jogos lotéricos continua nas mãos da empresa americana, assim como a manutenção dos equipamentos da rede.

A página da Fenae na Internet (www.fenae.org.br) traz o detalhamento histórico do caso, suas implicações e resultados. Também contém informações sobre as loterias no Brasil e sobre a questão dos bingos.

O grande, mas desconhecido, mercado aberto

Operações de mercado aberto são as realizadas pelo Banco Central com títulos públicos

O mecanismo de negociação entre a autoridade monetária e os bancos é uma importante fonte de recursos de financiamento do governo e gênese dos juros do Selic.

As operações de compra e venda de títulos públicos efetuadas pelo Banco Central são conhecidas como operações de mercado aberto. Diferentemente de um "mercado fechado", que funciona dentro de um ambiente econômico menor, como é o caso do mercado acionário, essas operações são chamadas assim devi-

do ao seu impacto na liquidez monetária de uma dada economia. Esta característica as tornam um importante mecanismo de política monetária.

Por outro lado, dado o arranjo institucional entre o Banco Central e o Tesouro Nacional, no qual o primeiro administra a dívida mobiliária da União, o mercado aberto adquire

As operações de mercado aberto têm grande impacto na política monetária

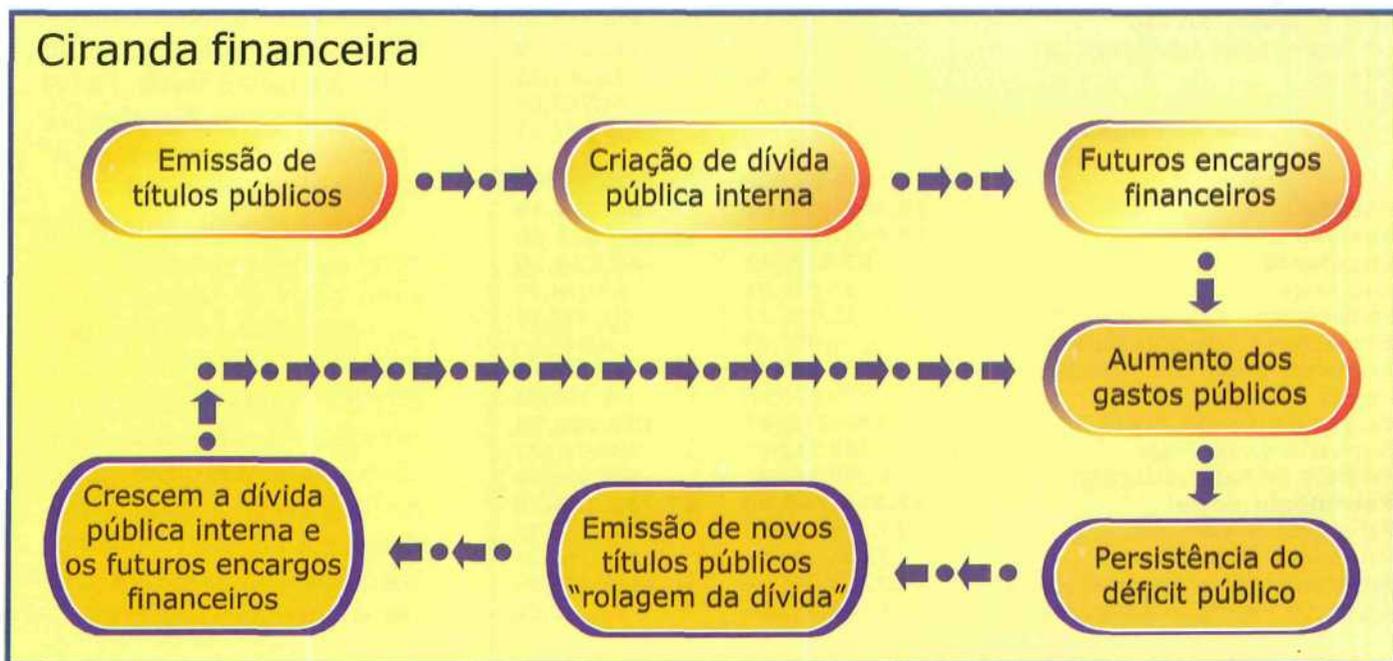
uma interface muito grande também com a política fiscal. Mas, com a lei complementar nº 101, de maio de 2000, sobre responsabilidade fiscal, foram separadas as operações de mercado aberto relativas às políticas monetária e cambial daquelas referentes ao controle da dívida mobiliária.

A operacionalização das ofertas públicas se dá por meio de lei-

ões formais nos quais são executadas operações de compra e venda de títulos da dívida pública mobiliária federal. As instituições financeiras participam diretamente destes eventos, que também têm a exclusividade para representar as pessoas físicas e as pessoas jurídicas não financeiras. Os leilões seguem formalidades como editais e portarias que contêm as condições específicas para cada negociação. Todo o processo acontece dentro de ambiente eletrônico, o Sistema Oferta Pública Formal Eletrônica (Ofpub).

As instituições participantes do sistema apresentam suas propostas, que variam entre o mínimo de 50 unidades à totalidade da oferta. Indicam também o preço unitário, considerando seis casas decimais para leilões de títulos prefixados; e a cotação - um percentual do valor nominal atualizado do título -, com quatro casas decimais, para taxas pós-fixadas.

O leilão segue o critério de melhor preço para o patrocinador: na venda, as propostas de preço e cotação são classificadas em ordem decrescente e ocorre o inverso na compra. É também o Bacen quem define o volume máximo negociado.



Valores da eficiência

A Fenae (Federação Nacional das Associações do Pes soal da Caixa) apresenta em seu balanço patrimonial de 2003 cerca R\$ 18,15 milhões em ativos - R\$ 12,49 como ativo circulante e R\$ 5,66 como permanente.

Destaca-se no resultado a elevação da rubrica investimento de R\$ 2,24 milhões para R\$ 5,05 milhões, puxada pela aquisição da sede para a Fenae Corretora em Brasília, um imóvel de R\$ 2,2 milhões.

Pelo lado do passivo, são des-

taques a queda nas contas a pagar, de R\$ 33,67 mil para R\$ 2,10 mil, e no exigível a longo prazo, de R\$ 1,24 milhões para R\$ 304,92 mil.

Para o diretor Financeiro da Fenae, Pedro Eugênio Leite, o perfil positivo configurado pelo balanço de 2003 toma-se ainda mais claro por se tratar de um período em que foi repassado o complemento da ajuda financeira às associações, mesmo com os recursos destinados a esta finalidade estando ainda retidos pela Justiça.

O repasse de R\$ 1,65 milhão

saiu das disponibilidades da Fenae, por decisão de diretoria, com referendo do CDN (Conselho Deliberativo Nacional).

Pedro Eugênio aponta como fator determinante para equilíbrio financeiro da Fenae o planejamento administrativo pautado pela otimização dos recursos, com racionalização de gastos e eficiência em investimentos. "Além da apresentação de balanços saudáveis, fechados em azul, estamos consolidando perspectivas de desempenhos ainda melhores para os próximos anos", diz ele.

O balanço de 2003 foi aprovado por unanimidade no CDN.

Balanço Patrimonial - Dezembro/2003

	Dez/2002	Dez/2003
ATIVO	18.646.297,94	18.150.334,40
Ativo	18.646.297,94	18.150.334,40
Circulante	15.889.501,61	12.486.175,74
Disponibilidades	15.661.763,64	12.197.039,47
Banco Conta Movimento	102.613,67	28.809,56
Aplicação de Liquidez Imediata	15.559.149,97	12.168.229,91
Direitos Realiz Até Exerc Seg	227.737,97	286.136,27
Adiantamento a Federadas	0,00	253.797,73
Adiantamentos Diversos	227.737,97	32.338,54
Contas a Receber	0,00	3.000,00
Venda do Palio	0,00	3.000,00
Permanente	2.756.796,33	5.664.158,66
Investimento	2.242.512,21	5.056.091,21
Participação em Outras Cias	2.208.296,34	2.777.875,34
Outras Ação	34.215,87	34.215,87
Imovéis	0,00	2.244.000,00
Imobilizado	490.943,64	583.005,90
Bens e Direitos em Uso	1.266.451,41	1.474.177,99
(-) Depreciação Acumulada	-775.507,77	-891.172,09
Diferido	23.340,48	25.061,55
Diferido	43.064,06	54.763,06
(-) Amortização Acumulada	-19.723,58	-29.701,51
PASSIVO	-18.646.297,94	18.150.334,40
Passivo	-18.646.297,94	18.150.334,40
Circulante	-83.818,09	-62.024,70
Circulante	-83.818,09	-62.024,70
Fornecedores	-15.765,77	-21.317,11
Empréstimos e Financiamentos	-4.051,23	-4.849,60
Impostos,Taxas, Cont.Recolher	-30.325,44	-33.748,75
Contas a Pagar	-33.675,65	-2.109,24
Exigível a Longo Prazo	-1.248.713,47	-304.926,32
Exigível a Longo Prazo	-1.248.713,47	-304.926,32
Créditos de Pessoas Ligadas	-1.248.713,47	-304.926,32
Patrimônio Social	-17.313.766,38	17.783.383,38
Patrimônio Social	-17.313.766,38	17.783.383,38
Patrimônio Social	-5.635.502,68	-7.115.760,34
Superávits/Défits Acumulados	-10.198.006,04	-10.667.623,04
Ajuste de Exercícios Anteriores	-1.480.257,66	0,00



Foto: Augusto Coelho

Cidadania em debate

O CDN (Conselho Deliberativo Nacional da Fenae) reuniu-se nos dias 8 e 9 de março, em Brasília, e recebeu o ministro do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome, Patrus Ananias, para um debate sobre as ações do governo e o papel da Caixa na área social.

Patrus Ananias enfatizou a necessidade de se reverter o processo de concentração de renda e de exclusão social no Brasil e defendeu medidas emergenciais para o atendimento a 11 milhões de famílias que vivem abaixo da linha de pobreza. "O desafio primeiro é colocar o cidadão de pé, pois de barriga vazia ninguém alcança a cidadania", afirmou o ministro.

PAR, de parceria

Programa busca estreitar o relacionamento da Fenae e das associações com os empregados da Caixa, gerando benefícios através de parcerias com empresas e diversas instituições

A Fenae e as Apcefs (as associações do Pessoal da Caixa) lançam no mês de junho o Projeto PAR, que se constitui em um programa de relacionamento dos empregados da Caixa com suas entidades associativas.

A idéia é aglutinar no PAR as diversas parcerias e convênios já existentes nas associações, dando-lhes maior visibilidade e eficiência, para que potencializem o retorno em benefícios aos associados.

Serão oferecidas ainda novas formas de relacionamento envolvendo a Fenae, as Apcefs e os empregados, em parcerias com empresas, entidades e instituições que também pretendam se relacionar com o bancário da Caixa.

O PAR contemplará as redes de convênios e descontos organizadas pelas associações nos estados e também uma rede nacional, organizada pela Fenae.

Além de funcionar como pivô nas negociações de parcerias nacionais, a Fenae dará sustentação à estrutura do PAR, com banco de dados e página na Internet.

O Programa PAR prestará serviços às empresas parceiras, viabilizando suas campanhas de incentivo, de reconhecimento e de recompensa, dirigidas a todos os empregados da Caixa, com geração de valor.

O portal do PAR na internet (www.programapar.com.br) manterá um Clube de Pontos

acessível a todos os empregados da Caixa, através de conta corrente individual. Nesta conta serão depositados e acumulados todos os pontos adquiridos nas diversas campanhas contratadas pelas empresas parceiras.

Os pontos adquiridos poderão ser trocados por prêmios alocados em um catálogo disponível no portal do Programa PAR.

O PAR realizará frequentemente promoções com ofertas de produtos a preços especiais, obtendo vantagens para os associados.

O programa será também uma ferramenta para a prestação de serviços nas áreas de seguro, previdência, assistência jurídica, entre outras, e para o planejamento e a organização de eventos das associações e da Fenae, sempre na perspectiva de ampliar o relacionamento e gerar benefícios aos associados.

A estrutura do PAR já estará à disposição da organização e realização dos Jogos da Fenae, assim como do planejamento e realização das atividades culturais já aprovadas pela Fenae para este ano - Fenec (festival de música), concursos de literatura (poesia, conto, crônica e dramaturgia), concurso de fotografia e salão de humor.

As datas e demais informações pertinentes aos eventos culturais serão divulgadas em breve, dentro de um planejamento feito pela consultoria do PAR.

O início de funcionamento do portal do PAR está previsto para a primeira quinzena de junho. FA

UM ÓTIMO PROGRAMA PRA VOCÊ.

Vem aí o maior programa de relacionamento do Brasil, que trará o máximo de benefícios e vantagens para os Empregados e Aposentados da CAIXA. Através dele, você e sua família ganharão descontos especiais nos estabelecimentos conveniados, ingressos gratuitos para eventos artísticos e culturais, brindes exclusivos e muito mais.

Já estamos negociando com restaurantes, cinemas, teatros, museus, academias de ginástica, lojas de vestuário, farmácias, livrarias, estacionamentos, hotéis, agências de turismo, companhias aéreas, postos de gasolina etc.

E para que o nosso programa fique cada vez melhor, as suas dicas e sugestões serão muito importantes. Afinal de contas, o PAR foi criado especialmente para você!



Jogos da Fenae em ritmo de disputa saudável entre atletas

O torneio, cujo embrião é de 1975, traduz o perfil de participação dos bancários da Caixa

Belo Horizonte (MG), com sua história, tradição e encanto, será o cenário para a sexta edição dos Jogos da Fenae. O evento ocorrerá entre os dias 23 e 28 de agosto e deverá reunir empregados da Caixa Econômica Federal de todo o Brasil, que nas quadras, piscinas, campos de futebol e pistas do Sesc Venda Nova e do Clube da Apcef/MG irão celebrar o esporte.

Até 9 de junho, a Fenae negociará patrocínios e a liberação dos atletas. As associações têm prazo até 18 de junho para informar à Fenae

as modalidades de que irão participar e qual será o tamanho de suas delegações, incluindo atletas e acompanhantes. As inscrições dos nomes dos atletas serão realizadas até o dia 30 de julho.

Coletivas e individuais, as modalidades ficaram assim definidas: futebol Soçaite, futsal, vôlei de quadra masculino e feminino, vôlei de areia masculino e feminino, basquete masculino, tênis de quadra em dupla masculino, tênis de quadra individual masculino e feminino, tênis de mesa masculino e feminino, sinuca, damas, xadrez, buraco dupla, nata-

ção (50 metros nado livre, 50 metros nado costas e revezamento 4X50 livre - masculino e feminino) e atletismo (corrida rústica cinco mil metros e por faixa etária, 200 metros rasos e 100 metros rasos - masculino e feminino).

Tradicionalmente, os Jogos da Fenae refletem o caráter de participação dos empregados da Caixa, tendo na integração de atletas o seu principal objetivo. O

embrião do torneio está em 1975, numa época em que as competições eram realizadas pela Caixa. A empresa resolveu cortar o apoio depois das primeiras greves da categoria. Devido a isso, a Fenae decidiu patrocinar o torneio, realizando os jogos a partir de 1987.

Belo Horizonte volta a ser palco da sexta edição dos Jogos da Fenae, 17 anos depois de ter sediado a primeira edição do evento. Antes, as competições haviam sido realizadas na capital mineira (1987), Natal (RN - 1989), Vitória (ES - 1991), Curitiba (PR - 1994) e Salvador (BA - 1998). ©

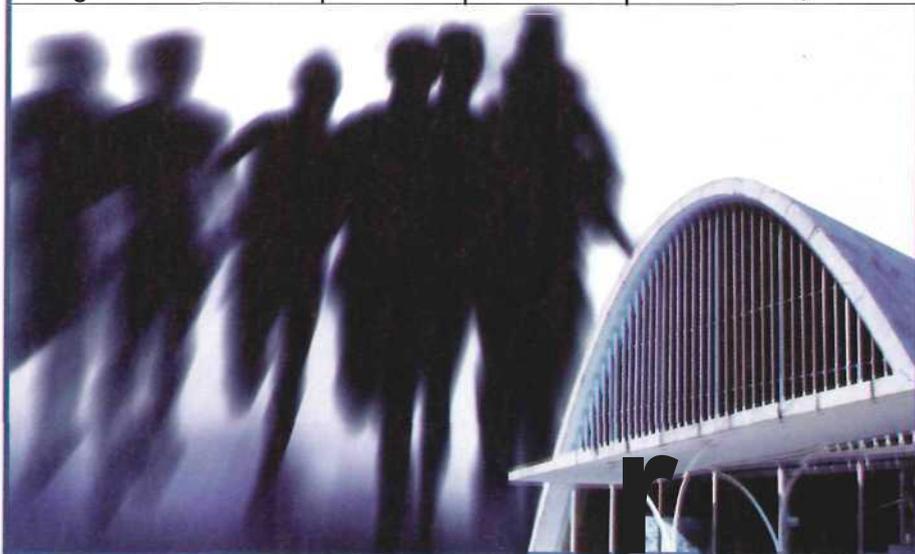
A Fenae patrocina o evento desde 1987, quando a Caixa retirou todo o apoio





Quadro de medalhas dos Jogos da Fenae

Estado	Ouro	Prata	Bronze	Total
Paraná	27	19	12	58
Minas Gerais	27	11	10	48
São Paulo	19	10	11	40
Rio Grande do Sul	15	14	10	39
Distrito Federal	13	16	12	41
Rio de Janeiro	8	8	9	25
Santa Catarina	7	12	7	26
Bahia	6	7	7	20
Espírito Santo	5	8	7	20
Paraíba	4	4	6	14
Sergipe	4	2	5	11
Rio Grande do Norte	3	6	7	16
Goiás	3	3	2	8
Ceará	2	9	5	16
Mato Grosso do Sul	2	5	7	14
Pará	2	3	6	11
Maranhão	1	5	7	13
Piauí	1	4	8	13
Pernambuco	1	2	5	8
Acre	1	2	1	4
Mato Grosso	1		2	3
Amazonas		2	4	6
Alagoas			2	2



Apcef

O movimento associativo dos empregados da Caixa mantêm vivo o espírito de solidariedade e integração.

Junte-se aos seus.

Filie-se à sua Apcef.

Instituto Senna, um legado de cidadania

Programas de inclusão social são as prioridades dessa ONG, que obteve título inédito da Unesco

Ayrton Senna da Silva, a maior estrela da Fórmula-1 com marca verde e amarela, deixou um legado de sonho e cidadania: o Instituto Ayrton Senna, criado em novembro de 1994 e que, desde sua fundação, é administrado por sua irmã Viviane. Com essa iniciativa, Senna lega uma exemplo de coerência e engajamento com um projeto de inclusão social, que orgulha o esporte mundial e ficará sempre na memória brasileira.

Com sede em São Paulo, o Instituto Ayrton Senna é uma organização não-governamental sem fins lucrativos e atua para desenvolver o potencial das novas gerações. Eis os números: são 3,9 milhões de crianças e jovens atendidos, 3.375 parceiros envolvidos, 24 estados atingidos e R\$ 113 milhões investidos.

Em 10 anos de existência, o Insti-

tuto Ayrton Senna criou diversos projetos sociais, entre os quais o "Se Liga" (incentivo à aprendizagem no ensino fundamental), o "Acelera Brasil" (combate o atraso escolar provocado pela repetência) e a "Brinquedoteca" (oferece suporte às crianças em tratamento de câncer). Esses programas são mantidos com recursos provenientes

Piloto teve a ideia de criar o instituto, cuja gestão está a cargo de Viviane Senna

do licenciamento dos personagens Senninha e Senninha Baby, da imagem do Ayrton e da marca Senna. O sucesso é tanto que algumas dessas ações, em estados como Goiás, Pernambuco, Paraíba e Tocantins, tornaram-se políticas públicas.

Hoje, o Instituto Ayrton Senna é um centro de referência mundial em programas de assistência. No



Foto: Norio Koike

ano passado, a ONG brasileira obteve a chancela de Cátedra Unesco em Educação e Desenvolvimento Humano. O título é inédito para uma organização não-governamental.

A ideia de criação do instituto foi do próprio Senna, que formalizou pedido a sua irmã Viviane meses antes de morrer. O desaparecimento precoce do piloto brasileiro, que conquistou três títulos mundiais na Fórmula-1 (1980, 1990 e 1991), ocorreu em primeiro de março de 1994 em uma curva no meio do caminho do autódromo de Ímola, na Itália. Nenhum outro piloto no mundo bateu seu recorde de 6 vitórias no circuito de rua de Monte Carlo, na França.





A 5ª edição do Fenec foi em João Pessoa (PB), em 1998, e revelou o talento do empregado

Uma pausa para as atividades artísticas

O Fenec acontece no último trimestre deste ano. Prevê-se ainda os concursos culturais

Cada vez mais a Fena se vale de atividades culturais para fomentar a criatividade artística dos empregados da Caixa Econômica Federal.

A Fena promoverá a 7ª edição do Fenec (Festival Nacional da Canção), previsto para o último trimestre deste ano. Outras atividades agendadas são os concursos culturais: literatura (poesia, conto, crônica e dramaturgia), fotografia e salão de humor.

Na opinião de Maria Aparecida Diniz, diretora de Cultura da Fena, um dos objetivos do Fenec é estimular a competição sau-

Eventos culturais visam inserir Apcefs na construção de uma vida mais digna

dável entre os setores que produzem música dentro da Caixa, servindo ainda de palco para que eles apresentem seus trabalhos. Outra meta é inserir o movimento associativo na construção de uma vida melhor.

Aparecida Diniz aposta ainda que a suavidade, o talento, a beleza e a confraternização serão a principal matéria-prima da 7ª edição do Fenec. Para isso, segundo ela, o formato do festival será modificado. A maior mudança se refere à contratação de uma banda profissional, que ficará encarregada de interpretar as músicas de todos os compositores inscritos.

Ao final do concurso de literatura, a Fena patrocinará a produção de um livro com as obras vencedoras e as menções honrosas.



Foto: Andréa Rocha

Teresa Maria trabalha na Caixa

Cantora alagoana produz CD no Rio

Em dezembro do ano passado, a bancária e cantora alagoana Teresa Maria lançou seu mais novo CD, com mensagens que retratam a violência e a discriminação social e fazem homenagem à mulher. Ela é empregada da Caixa no Rio de Janeiro, lotada no edifício-sede Giins Atendimento.

Trata-se do 2º CD de sua carreira, produzido em parceria com o músico Saboya Jr. As composições são todas inéditas.

Maiores informações sobre a artista podem ser obtidas no site www.teresamaria.com.br. O endereço eletrônico para correspondência é teresamaria@teresamaria.com.br.

Crianças no Direito de Sonhar

Projeto da Fenae e das associações de pessoal atende a 20 crianças na sua primeira fase

Q projeto-piloto do programa Direito de Sonhar está comemorando seus primeiros resultados, após mais de 2 meses de atividades. Em parceria com a Fenae, a Apcef/PB está atendendo a 20 crianças carentes, entre 7 e 9 anos, com reforço alimentar, alfabetização e saúde. O programa foi iniciado em João Pessoa no dia 15 de março para, após 6 meses, se estender a outros estados.

A intenção da Fenae e das associações é buscar o autofinanciamento do projeto, com o apoio financeiro dos empregados da Caixa, da comunidade e de empresas privadas. Hoje, a Fenae banca os custos iniciais do programa.

As crianças atendidas pela Apcef/PB vêm do bairro Cidade Recreio, um dos mais pobres da capital do Estado. Elas ficam nas dependên-

cias da associação pela manhã, recebendo alimentação adequada, reforço escolar e atendimento médico. O projeto tem a coordenação de Aparecida Diniz, diretora de Cultura da Fenae, e o quadro fixo inclui uma pedagoga e uma funcionária da associação. Há também médicos, dentistas, uma psicóloga e uma agente social voluntários. A organização não-governamental criada para gerir o projeto no Estado firmou ainda convênio com a UFPB, para que os trabalhos desenvolvidos por estudantes junto às crianças contem na carga horária dos cursos. O estagiário também recebe bolsa de estudos. Hoje, há um estudante de Educação Física trabalhando no projeto.

"Desde que o programa começou, houve uma mudança muito grande na vida das crianças, tanto no ponto de vista da saúde quanto na convivência social", atesta Aparecida. A diretora da Fenae aponta que Cidade Recreio é uma região muito carente cujas famílias, perto de 200, não têm acesso a serviços públicos básicos, como saneamento e atendimento à saúde.

Quem quiser doar material escolar, brinquedos e vestuário, pode enviar sua colaboração para o seguinte endereço: Rua Gama e Melo, 50, bairro Varadouro, CEP 58010-450, João Pessoa (PB). Doações em dinheiro podem ser feitas na conta da organização na Caixa: agência 904, operação 003, conta 4669-7, em nome da Associação Direito de Sonhar.

Projeto-piloto começou na Paraíba com atendimento a 20 crianças de baixa renda

"Faça o mal de uma só vez e o bem, aos pouquinhos".

Nicolau Maquiavel, escritor italiano (1469-1527)

Mylton Severiano
Jornalista



Lélia Abramo (8 de fevereiro de 1911 - 10 de abril de 2004)

Estrela virou estrela

Faz anos recolhendo material para um trabalho sobre a ditadura militar. Inclui depoimentos. Um deles, tomado em 29 de outubro de 1996 por Iolanda Huzak exclusivamente para esse trabalho, merece recordação. Depoente: atriz Lélia Abramo, que acaba de morrer aos 93 anos.

Lula enviou condolências à família. Exaltou "altivez" e "coragem" de Lélia. Disse que "a melhor homenagem que lhe podemos prestar é levar adiante os ideais que marcaram sua existência".

Bem, Lélia sempre esteve ao lado dos mais fracos e seus ideais eram os do socialismo. No fim da década de 1970, presidente do Sindicato dos Atores em São Paulo, aproximou-se de Lula, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Ficaram amigos. Por indicação de Lula, foi dela a quarta assinatura na ata de fundação

do PT (primeira, crítico de arte Mário Pedrosa; segunda, sociólogo Sérgio Buarque de Holanda, "o pai do Chico"; terceira, revolucionário Apolônio de Carvalho).

Na entrevista que nos concedeu aos 85 anos, revelou que o advogado Jacó Bittar teve a idéia de fundar um partido dos trabalhadores, "mas foi Lula quem pegou a idéia na mão". Lélia lamentava ter-se afastado de Lula mais tarde.

Considerava o futuro presidente "um homem de inteligência superior", que politicamente tinha razão, mas a quem "faltava conhecimento da teoria política". Certa vez, contou-nos ela, falou a Lula:

"Você precisa de um estrategista e de um tático. Precisa de um intelectual, mas gente que tenha estratégia. Você vai ser um líder." *Lélia virou estrela também no céu.*

Reforma Agrária

Ainda que tarde

A medida que conservadores e reacionários da "civilização cristã" buscam satanizar é mais velha que a Era Cristã e a acompanha ao longo dos séculos:

594 a. C. - Grécia

Há 26 séculos, o legislador Sólon extingue a hipoteca de terras e perdoa dívidas de camponeses.

133 a. C. - Roma

Dois irmãos, os tribunos Caio e Tibério Graco, editam a "lex agraria", para frear a avidez dos latifundiários do Império Romano. Caio foi assassinado.

386 - China

No reinado de Tao Wu Ti, há 16 séculos, 460 mil camponeses foram assentados, o que aumentou a produção agrícola e favoreceu a expansão do Império Chinês.

1792 - França

A Revolução Francesa (1789) extingue o feudalismo, confisca terras do clero e da nobreza e distribui entre os servos. Nesses mais de 200 anos, a produção se caracteriza pela pequena propriedade familiar.

1861 - Rússia

Czar Alexandre II distribuiu terras aos camponeses: "Melhor abolir a servidão de cima do que esperar que ela comece a ser abolida de baixo."

1953 - Bolívia

Revolução liderada por Victor Paz promove a mais extensa reforma agrária do Ocidente. Indígenas recebem terras.

Reforma agrária não impede "agrobusiness for exportation", até ajuda. Pequeno produtor supre cidades próximas com alimentos mais baratos e movimentada a economia local. É preciso ser bem obtuso para ser contra.

Tirado do livro

"A característica de nosso tempo é o vento do Oriente estar a dominar o vento do Ocidente. O imperialismo não passa de um tigre de papel."

Mao Tsetung, citado na biografia Mao Tsetung, de E. Krieg, tradução de Pedro Reis, Amigos do Livro Editores, Lisboa, 1969, p. 229

Riscos e impactos na ocupação de encostas

Improvisação de moradias deterioram as condições de vida e a paisagem urbana

O crescimento desordenado das cidades brasileiras gera variados tipos de problemas, com conseqüências diversas. A ocupação de morros com habitações, tanto em favelas como em assentamentos espontâneos ou mesmo planejados, como condomínios, tem provocado freqüentes desastres e inundações, com perdas de muitas vidas e grandes prejuízos econômicos.

Ao lado do risco e do sofrimento a milhões de cidadãos, a improvisação de moradias nas encostas é também fator de deterioração da

paisagem urbana e de comprometimento da qualidade de vida, pela precariedade ou mesmo pela total ausência de serviços de saneamento e de equipamentos públicos de saúde e educação.

No livro "Habitação e Encostas", o pesquisador Flávio Farah aponta a necessidade de se desenvolver no Brasil um urbanismo específico para as encostas. "Os princípios hoje utilizados - diz ele -, são claramente voltados para terrenos ideais, planos, que logo se esgotam no processo de urbanização".

O autor lembra também que já são disponíveis os recursos técnicos "capazes de melhor conduzir a otimização da ocupação nos morros, do ponto de vista de segurança e de economicidade",

mas que estes "quase nunca são utilizados".

Os levantamentos revelam que a maioria dos deslizamentos em encostas ocorrem nos períodos chuvosos, sendo mais ou menos prováveis conforme a geometria do terreno, as características e a profundidade do solo e das rochas. Mas indicam também como fator determinante a intervenção humana.

A realização de corte no terreno e o uso da terra para construção de aterros geralmente não seguem as normas técnicas recomendadas. O lixo, que desliza com muita facilidade, é lançado nas encostas e acumula-se ali. Para completar a armadilha, acrescenta-se a água.

A água é o principal agente detonador dos processos de deslizamento. Fossas sanitárias em excesso deixam o solo permanentemente úmido. Os vazamentos ou rompimentos na rede de abasteci-



mento de água, assim como os canos que jogam água já utilizada no terreno podem encharcá-lo de vez, deixando-o sujeito a um deslizamento repentino. E, muitas vezes, violento.

Entre os indícios de que a ruptura do talude (porção de uma encosta) está em andamento, os mais evidentes são o surgimento de trincas e degraus no terreno e o trincamento de muros e paredes.

Para se reduzir os riscos de deslizamentos de encostas, a Defesa Civil da cidade do Rio de Janeiro faz as seguintes recomendações: não executar cortes no terreno e não fazer aterros; não desmaiar e não remover a vegetação superficial; não jogar lixo nas encostas, nos rios e nos córregos; não construir às margens dos rios e córregos; não desviar o caminho das águas da chuva; e colocar drenos para escoamento das águas nos muros de contenção de encostas,



Áreas sujeitas a deslizamentos

- Antigos deslizamentos.
- Encostas íngremes (45° ou mais) ou na base delas.
- Base ou topo de uma encosta aterrada.
- Base ou topo de um corte.
- Caminho das águas das chuvas.
- Pedreiras desativadas.
- Encostas desmaiadas e com construções irregulares.
- Rachaduras novas no reboco, concreto, tijolos ou fundações.
- Rachaduras antigas se alargam.
- Paredes externas e calçadas começam a se afastar do prédio.
- Cercas, muros, postes e árvores se inclinam ou se movem.
- Aparecimento de água e protuberâncias na base da encosta.

Causas dos escorregamentos

- Declividade e altura excessivas de cortes.
- Execução inadequada de aterros.
- Lançamento e concentração de águas pluviais.
- Lançamento de águas servidas.
- Vazamento na rede de abastecimento de água.
- Vazamento de fossa sanitária.
- Deposição de lixo.
- Remoção indiscriminada da cobertura vegetal.

Sinais de deslizamentos

- Portas ou janelas empenam ou emperram de repente.

Recomendações

- Ao perceber que vai haver um deslizamento, abandone sua casa imediatamente e vá para lugar seguro. Só volte depois de passado o perigo.
- Estando dentro de casa durante um deslizamento, não tente sair, abrigue-se embaixo de uma mesa ou de outro móvel resistente.
- Estando ao ar livre durante o deslizamento, tente entrar em um prédio resistente, se não, enrole o corpo como uma bola e proteja a cabeça. Se estiver com uma criança, proteja-a com seu corpo.
- Ao ouvir o barulho de uma enxurrada descendo o morro, tente sair do caminho dela, subindo para partes mais altas. Se não puder, agarre-se numa árvore ou num rochedo.

Fontes: Defesa Civil do Rio de Janeiro e IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo).

Arapiraca de feira e um quê-de-vida-de-interior

Surgida em 1884, a Feira Livre de Arapiraca é a mais popular de toda a região Nordeste e a segunda maior do Brasil

Todas as segundas-feiras, os moradores de Arapiraca, no agreste de Alagoas, ocupam algumas das principais ruas da cidade para participar daquela que é considerada a maior feira popular de todo o Nordeste: a Feira Livre de Arapiraca, cuja origem remonta ao ano de 1884. Neste dia, como se domingo fosse e sob o guarda-chuva dessa festa, o povo da região veste a melhor roupa, vai ao barbeiro, faz compras de muitas mercadorias e encontra parentes e amigos que moram distantes.

Trata-se de uma festa interiorana por excelência, que atrai principalmente o público do

campo. Desde que foi criado, o evento representa a expressão viva e espontânea da cultura popular genuinamente nordestina, com seus sanfoneiros, emboladores, repentistas, escritores da literatura de cordel, poetas e artesãos. As manifestações folclóricas também marcam presença, através das cantigas de roda dos lugares preparados para a plantação

de fumo e de danças de fumo e de danças de V como coco de roda, guerreiro e pastoril. Há ainda comidas típicas dos mais variados tipos, a exemplo do sarapatel de boi e porco, bode assado, buchada, carne da ave lambu ou inhambu e rolinha. No cenário da

feira, Hermeto Pascoal - mago da música experimental no Brasil - buscou inspiração para sua formação musical, reconhecida no mundo inteiro.

Depois de mais de um século funcionando em 27 ruas do centro da cidade de Arapiraca,

No cenário da |
feira Hermeto

Pascoal buscou
inspiração para
a sua formação
de músico

Cidade tem mais de 150 anos de história

A 120 quilômetros de Maceió e localizada a 264 metros acima do nível do mar, Arapiraca surgiu em 1848. Naquele ano, desbravadores descobriram uma planície fértil e rica em árvores frondosas na região do Agreste alagoano, principalmente a "arapiraca", que na linguagem indígena quer dizer "ramo que periquito visita". As primeiras famílias que se instalaram na cidade passaram a cultivar mandioca, feijão, milho e algodão.

A cidade obteve sua autonomia no ano de 1938. Os moradores de Arapiraca apelidaram-na de "capital brasileira do fumo", por abrigar a maior área contínua de plantação de fumo do mundo. Devido a isso, a região atrai visitantes de outras partes do Brasil e do exterior, curiosos em conhecer a alta tecnologia ali desenvolvida. Essa vocação faz de Arapiraca o segundo maior município de Alagoas.

Além do fumo, a indústria e a pecuária são dois outros ingredi-

entes econômicos de peso. Esse cenário, no entanto, é composto de muitas outras atrações, como a festa da padroeira (entre janeiro e fevereiro), a Micaraca (após a Semana Santa), o Alavantú (junho), a emancipação política (30 de outubro) e a Fenar - Feira de Negócios (dezembro). Nenhum desses festejos é páreo para a Feira Livre de Arapiraca, a maior do Nordeste e a segunda do país.



A Feira Livre de Arapiraca é uma festa interiorana por excelência e atrai, sobretudo, o público do campo

o segundo maior município de Alagoas, a feira foi transferida em janeiro do ano passado para o bairro do Baixão. Hoje, o evento se estende a 8 ruas desse bairro e tem como um de seus atrativos as barracas móveis cobertas por lonas, todas elas padronizadas. É vista ainda como fator de integração econômica do agreste alagoano, que abrange outras cidades como Campo Grande, Coité de Nóia, Carábas, Feira Grande, Girau do Ponciano, Lagoa da Canoa, Limoeiro de Anadia, São Sebastião e Taquarana. De todas essas cidades, Arapiraca é a mais desenvolvida e atende comercialmente não só a região do Agreste, mas ainda o Sertão e o Baixo São Francisco.

Na Feira Livre de Arapiraca, o comércio de mercadorias é bastante variado. Ali se encontra praticamente de tudo: roupas, utensílios domésticos, alimentos, material para o traba-

lho no campo, animais, ervas medicinais, móveis, ferragens, brinquedos, artesanatos e diversos outros produtos. Há também regulamento, líder de setores, normas e padrões a serem seguidos. Desde do ano passado, ao feirante não é permitido vender sua vaga a outro. Cabe apenas à prefeitura autorizar o uso do solo urbano para a comercialização das mercadorias.

Com mandato de um ano, os líderes da feira são escolhidos em reuniões dos feirantes com a prefeitura. Eles não são remunerados para desempenhar essa função, mas ficam isentos do pagamento da taxa municipal. Esses líderes perdem o mandato somente se deixarem de comparecer sem justificativa a mais de 4 reuniões durante o período de um ano. **FA**



A feira, aliás, vende muitos produtos "exóticos"





Companheiros

Mia Couto (escritor moçambicano)

quero
 escrever-me de homens
 quero
 calçar-me de terra
 quero ser
 a estrada marinha
 que prossegue depois do último
 caminho

e quando ficar sem mim
 não terei escrito
 senão por vós
 irmãos de um sonho
 por vós
 que não sereis derrotados

deixo
 a paciência dos rios
 a idade dos livros
 mas não lego
 mapa nem bússola
 por que andei sempre
 sobre meus pés
 e doeu-me
 às vezes
 viver

hei-de inventar
 um verso que vos faça justiça
 por ora
 basta-me o arco-íris
 em que vos sonho
 basta-te saber que morreis dema-
 siado
 por viverdes de menos
 mas que permaneceis sem preço
 companheiros

Expediente

Administração e redação: Setor Comercial Sul, quadra 1, Bloco C, nº 30 Edifício Antônio Venâncio da Silva, 5º andar Brasília (DF) CEP 70395-900 Telefone (61)323-7516 Fax (61) 323-7804 / www.fenae.org.br - imprensa@fenae.org.br **Diretoria Executiva:** **Diretor presidente** José Carlos Alonso Gonçalves / **Diretor vice-presidente** Vaumik Ribeiro da Silva / **Diretor de Administração e Finanças** Pedro Eugênio Beneduzzi Leite / **Diretor de Esportes** Paulo Rocha Cunha / **Diretora Cultural** Maria Aparecida Torres Diniz de Almeida / **Diretora Executiva** / Tânia Cristina Barros de Aguiar / **Diretor Executivo** / Emanuel Souza de Jesus **Conselho Fiscal:** **Titulares** Sérgio Santos Serra / José Francisco de Assis Cavalcante Neto / Devanir Camargo da Silva - **Suplentes** / Francisca De Assis Araújo Silva / Alberi Bernardi Boiaski / Valmir Gôngora **Conselho Deliberativo Nacional:** **Presidente** Antônio Carlos de Oliveira - **Vice-presidente** Fabiana Matheus - **Secretária** Emerenciana Barbosa do Rego. **Edição e redação:** Antônio José Reis / Evandro Peixoto / Marcio Achilles Sardi **Design e ilustração:** Lisarb Sena de Mello **Consultoria:** Murilo Barella (Subseção do Dieese) **Colaboradores:** Márcio Baraldi/ Myton Severiano **Impressão:** Bangraf **Tiragem:** 75 mil exemplares/Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores. As matérias podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte. Distribuição gratuita

Por trás de grandes empresas, sempre há grandes clientes.

Ser a 5ª Corretora em um mercado com mais de 65.000 empresas no ramo não é tarefa fácil. E grande parte deste sucesso vem do planejamento e a transparência que norteiam a qualidade dos nossos processos e serviços. Esse é o principal negócio da Fenaes Corretora: crescer com a confiança de nossos clientes.



FENAE
CORRETORA DE SEGUROS

Parceria segura.

www.fenaeseg.com.br
Central de Atendimento: 0800 601 8080

UM ÓTIMO PROGRAMA PRA VOCÊ.

Vem aí o maior programa de relacionamento do Brasil, que trará o máximo de benefícios e vantagens para os Empregados e Aposentados da CAIXA. Através dele, você e sua família ganharão descontos especiais nos estabelecimentos conveniados, ingressos gratuitos para eventos artísticos e culturais, brindes exclusivos e muito mais.

Já estamos negociando com restaurantes, cinemas, teatros, museus, academias de ginástica, lojas de vestuário, farmácias, livrarias, estacionamentos, hotéis, agências de turismo, companhias aéreas, postos de gasolina etc.

E para que o nosso programa fique cada vez melhor, as suas dicas e sugestões serão muito importantes. Afinal de contas, o PAR foi criado especialmente para você!

